



Assembleia faz campanha contra feminicídio

Páginas 2 e 3. Casa Legislativa enfatiza necessidade de combate ao feminicídio, no contexto de que uma mulher é morta a cada seis horas no Brasil apenas pelo fato de ser mulher. Campanha alerta que, antes de acontecer, feminicídio dá sinais.

FEMINICÍDIO. 4 E 5

No RN, seis mulheres foram vítimas só neste ano

AÇÃO. 8 E 9

Assembleia atua para conter onda de violência no Estado

NOVOS SERVIDORES. 10

Resultado final do concurso da Casa é homologado



Campanha de Combate ao Feminicídio está na pauta da Assembleia Legislativa

Iniciativa da Casa Legislativa potiguar busca chamar atenção para o direito à vida

No Brasil, uma mulher é morta a cada seis horas, pelo simples fato de ser mulher. E esse tipo de violência só aumenta. É para chamar

a atenção da sociedade civil ante a gravidade do problema e alertar para os sinais de feminicídio, que a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte vei-

cula nova campanha publicitária. O tema foi defendido pelo presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira, como prioridade em razão dos índices alar-

mantes de feminicídio registrados no País.

“A campanha traz uma reflexão sobre o que temos de mais importante: o direito à vida. As

mulheres estão sendo assassinadas por rejeitarem ex-companheiros, por atitudes de ciúmes e controle excessivo em que o sentimento de posse é

devastador e culmina em morte. A interrupção da vida pelo feminicídio é tão cruel que deve ser combatida, todos os dias. O feminicídio tem que acabar”, destaca Ezequiel Ferreira.

Os dados mais recentes, obtidos em 2022, mostram que o Brasil bateu recorde em feminicídios com 1.400 mulheres mortas. Este número é o maior registrado no país desde que a lei de feminicídio entrou em vigor, em 2015. Além de chamar a atenção para os altos índices, as ações do legislativo focam na prevenção, fazendo com que as mulheres fiquem alerta aos sinais que comumente antecedem um ato de feminicídio – e justificam a ideia central da campanha. “Antes de acontecer, o feminicídio dá sinais” – destacam as peças publicitárias desenvolvidas pela Base Propaganda em parceria com a equipe da Diretoria de Comunicação da Assembleia.

Contando atualmente com a maior bancada feminina de toda a história da Assembleia Legislativa, onde figuram as deputadas estaduais Cristiane Dantas, Eudiane Macedo, Isolda Dantas, Divaneide Basílio e Terezinha Maia, a temática da violência contra a mulher no Rio Grande do Norte é debatida diariamente na Casa e já foi destaque em campanha de 2020, em plena pandemia, quando os índices de violência doméstica estavam em alta, registrando crescimento de mais de 300%.

Entre os diversos projetos de iniciativa da deputada Cristiane Dantas, cujo mandato vem se dedicando ao tema, há o que institui a Patrulha Maria da Penha, para fiscalização das medidas protetivas expedidas pela justiça em favor das vítimas de violência doméstica e o que cria o Programa ‘Maria da Penha Vai às Escolas’, nas instituições de ensino públicas e privadas.

Também sensível à questão, a deputada Isolda Dantas é autora da lei que institui no Calendário Oficial do Rio Grande do Norte o dia 15 de julho como “Dia Estadual de Combate ao Feminicídio”, em alusão à data em que cinco mulheres foram assassinadas



em um bar localizado no município de Itajá. É projeto da parlamentar a criação da Casa Abrigo para acolhimento e proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em Mossoró.

Da deputada Eudiane Macedo, entre os diversos projetos na temática, há o que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz informativo sobre importunação sexual nos transportes públicos do RN, além do que cria o aplicativo ‘SOS Mulher’, para denúncias de violência e acompanhamento de medidas protetivas, entre outros.

As deputadas Divaneide Basílio e Terezinha Maia recém iniciaram seus mandatos e se juntam agora às demais colegas, compondo a Frente Parlamentar da Mulher no parlamento estadual, cogitando que tem a missão de propor e debater temas e políticas voltados à classe.

O material da campanha publicitária alerta quanto aos perigos de uma relação com traços que podem evoluir a um feminicídio, como ciúmes e controle excessivo; humilhações; agressões verbais e físicas; abusos físicos e psicológi-

cos e o último, atentado à vida da mulher.

O feminicídio é a última etapa de uma série de violências que a mulher sofre, geralmente por homens com quem se relaciona, até chegar ao seu assassinato. Muitas vezes, as mulheres ignoram ou subestimam os sinais de alerta de que essa série de abusos físicos e psicológicos podem ser indícios do feminicídio.

Outro fator agravante é o medo de sofrerem represálias. Pesquisas revelam que 85% das mulheres acham que, aquelas que denunciam seus

parceiros ou ex, quando agredidas, correm mais risco de serem assassinadas.

Partindo desses princípios, a campanha visa esclarecer e alertar às mulheres da importância de estarem atentas aos sinais e o quanto as atitudes machistas e violentas podem levar ao feminicídio.

A campanha será exibida em vídeos, spots para rádios, cartilha impressa e peças em redes sociais. Todo o material será disponibilizado nos canais de comunicação da ALRN, como o site www.al.rn.leg.br e no @assembleiarn.

No RN, seis mulheres foram vítimas de feminicídio nos dois primeiros meses de 2023

Número corresponde a quase um terço do mesmo índice do ano passado, segundo dados da Polícia Civil do RN

Durante o ano de 2022, um total de 16 mulheres foram vítimas de feminicídio no Rio Grande do Norte, ou seja, elas perderam suas vidas em razão de violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Os dados compilados pela Polícia Civil do Estado mostram a face cruel de um problema que nasce na cultura

machista e é agravado pela falta de políticas eficazes de proteção às vítimas. Em 2023, a história não tem sido diferente. Só nos dois primeiros meses deste ano o Estado registrou seis mortes por feminicídio, o que representa uma mulher assassinada a cada nove dias, segundo dados são da Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Cri-

minais (Coine), órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública do RN (Sesed). Nenhuma dessas vítimas tinha registrado ocorrência contra os ex-companheiros, nem buscado medidas protetivas. Se considerado o período entre 2019 e 2023 o dado é ainda mais assustador. Nesses cinco anos o Rio Grande do Norte registrou 76 feminicídios. A si-

tuação é considerada grave e vista com preocupação por autoridades e especialistas. Uma busca realizada junto à Plataforma Proteger, do Tribunal de Justiça do RN (TJRN), mostra o qual grave é o problema. O site funciona como um contador de medidas protetivas, que são mecanismos criados pela legislação para coibir e prevenir a violên-

cia doméstica e familiar. Uma pesquisa feita através da plataforma no dia 28 de março de 2023 mostrou que nos últimos 12 meses a Justiça concedeu 4.264 medidas protetivas, o que dá 355 por mês. Detalhando os dados, é possível notar ainda que foram concedidas 387 medidas em janeiro, 329 em fevereiro, e em março - até o dia 28 - foram concedidas 339.



Selecionar Unidade Judiciária

TJRN

Medidas protetivas (últimos 12 meses)													
	Abr / 2022	Mai / 2022	Jun / 2022	Jul / 2022	Ago / 2022	Set / 2022	Out / 2022	Nov / 2022	Dez / 2022	Jan / 2023	Fev / 2023	Mar / 2023	Total
Distribuída	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Concedida	241	294	272	290	341	859	348	317	247	387	329	339	4.264
Não concedida	33	60	36	39	42	62	39	37	23	31	36	44	482
Revogada	102	298	194	239	230	162	143	202	146	158	183	217	2.274
Concedida em parte	15	47	26	23	19	48	25	26	19	46	47	31	372

PAULO CARVALHO / AGÊNCIA BRASIL



ESTRUTURA E COMO DENUNCIAR

O Rio Grande do Norte dispõe atualmente de 12 Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEAMS) para o enfrentamento da violência doméstica e de gênero, sendo que duas unidades foram inauguradas em março deste ano nos municípios de Ceará-Mirim e Macaíba. Até 2019, o Rio Grande do Norte possuía

apenas cinco delegacias para o enfrentamento da violência doméstica.

As DEAMS são implementadas a partir de dados estatísticos e de estudos sobre violência doméstica contra a mulher. Tais unidades são especializadas na realização de prevenção, proteção e investigação dos crimes de violência do-

méstica e violência sexual contra as mulheres.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (Sesed) dispõe de canais de atendimento que funcionam 24h. Confira abaixo alguns dos órgãos responsáveis pela rede de atenção e apoio às mulheres. Em caso de emergência, ligue 180.

Em 2022, 495 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil

Com uma mulher morta em média a cada 6 horas, o Brasil bateu recorde de feminicídios em 2022. Dados oficiais dos 26 estados e do Distrito Federal confirmam que 1,4 mil mulheres foram assas-

sinadas apenas pelo fato de serem mulheres.

O número representa um aumento de 5% nos casos de feminicídio no Brasil em 2022 em comparação com 2021. Este foi o maior percentual registrado no

país desde que a lei de feminicídio entrou em vigor, em 2015.

Especialistas atribuem o aumento a fatores como acesso facilitado a armas e armamentos, violência política, crise econômica e falta de medidas de

prevenção efetivas.

Uma das medidas vistas como urgentes contra o feminicídio e a violência contra a mu-

lher é o aumento da proteção judicial das mulheres que conseguem chegar até as delegacias e casas de acolhimentos.

VEJA ONDE PROCURAR ATENDIMENTO NO RN:

●DEAM Natal Zona Sul

(segunda a sexta, das 8h às 18h)
(84) 3232-2530

●DEAM Natal Zona Norte

(segunda a sexta, das 8h às 18h)
(84) 98135-6792

●Plantão DEAM Natal

(segunda a sexta, das 8h às 18h e 24 horas nos fins de semana)
(84) 3232-1547 / (84) 3232-6291 / (84) 98135-6538

●DEAM Parnamirim

(segunda a sexta, das 8h às 18h)
(84) 3644-6407
(84) 98123-4115

●DEAM Caicó

(segunda a sexta, das 8h às 18h)
(84) 3421-6040

●DEAM Mossoró

(segunda a sexta, das 8h às 18h)
(84) 3315-3536



Projeto de Lei da deputada Terezinha Maia dispõe sobre reserva de vagas de emprego para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nas empresas prestadoras de serviço para o Governo

Parlamentares apresentaram 121 projetos e requerimentos em favor das mulheres nos últimos 13 anos

Casa mantém pautas que visam combater violência às mulheres ou dar suporte às vítimas

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte tem atuado fortemente nos últimos anos no combate ao feminicídio e à violência doméstica e familiar. Em 13 anos - incluindo os primeiros meses de 2023 - a Casa elaborou 121

projetos ou requerimentos que visam combater esse tipo de violência ou mesmo dar suporte às vítimas.

Somente nos primeiros dois meses de trabalhos legislativos de 2023, em fevereiro e março deste ano, os deputados e

deputadas apresentaram três projetos de lei e um requerimento atinentes ao tema. No mesmo período de 2022 havia sido apresentado apenas um projeto sobre esse assunto, o que significa um aumento de 300% na atual legislatura.

Apresentado pelo mandato da deputada estadual Terezinha Maia (PL), um dos projetos altera a lei estadual Nº 10.171/2017, que dispõe sobre a reserva de vagas de empregos para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nas empresas

prestadoras de serviços junto ao Governo do RN. O objetivo do projeto é que a obrigação de destinação de 5% das vagas para esse público seja estendida para empresas que também recebem incentivos do Estado.

“Destaco aqui uma pesqui-

sa feita pelo Senado, em 2021, que traz os motivos pelos quais as mulheres não denunciavam seus agressores, e o segundo maior motivo, depois de medo do agressor, é a dependência financeira. Por isso é tão importante discutirmos políticas que estimulem a autonomia financeira dessas mulheres”, disse a deputada no plenário da Assembleia após a apresentação do projeto.

Também de autoria de Terezinha Maia, um projeto protocolado em 7 de março de 2023 dispõe sobre a adoção de medidas para o estímulo à contratação de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. O projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, já foi distribuído ao relator e aguarda parecer para encaminhamento às demais comissões.

De iniciativa da deputada Divaneide Basílio (PT), um projeto apresentado esse ano tem como objetivo alterar o calendário oficial do Estado do Rio Grande do Norte para incluir o dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política Contra Mulheres Negras, LGBTQIA+ e Periféricas, a ser comemorado anualmente no dia 14 de março. O projeto encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Redação aguardando designação de relator.

Pode-se destacar ainda o requerimento elaborado pelo mandato do deputado Taveira Júnior (União) em fevereiro deste ano solicitando ao Poder Executivo a criação de uma política pública estadual voltada ao pagamento de um auxílio aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica no âmbito do Estado.

O tema também foi destaque em um pronunciamento do deputado durante sessão plenária. “Muitas mulheres são dependentes financeiramente e infelizmente ficam como reféns desta situação”, lamentou o parlamentar.

Taveira justifica que a concessão de um aluguel social proporcionará a estas mulheres um novo recomeço em suas vidas, ao custear por um período razoável um novo lar longe dos agressores.



Divaneide Basílio, presidente da Frente Parlamentar da Mulher, que tem seis anos de atividade e propõe ações que garantam equidade e combate à violência

FRENTE PARLAMENTAR DA MULHER

O tema da violência contra a mulher tem sido pauta frequente nos pronunciamentos de deputadas e deputados no plenário e nas comissões da Assembleia Legislativa. Um dos órgãos que costuma debater os assuntos atinentes à violência doméstica é a Frente Parlamentar da Mulher, que foi instalada no início de fevereiro.

Com a maior bancada feminina da história da ALRN, a Frente Parlamentar da Mulher tem como presidente a depu-

tada Divaneide Basílio (PT) e como vice-presidente Eudiane Macedo (PV). Elas foram eleitas, à unanimidade. O grupo conta ainda com as deputadas Isolda Dantas (PT), Terezinha Maia (PL) e Cristiane Dantas (SDD), ex-presidente e responsável pela criação da Frente, em 2017.

A Frente Parlamentar da Mulher tem como objetivos propor projetos e ações diversas que garantam a equidade e o combate à violência contra a

mulher. Nos seis anos em atividade, a Frente discutiu políticas públicas para proteção às mulheres e lançou campanhas de saúde e valorização dos direitos femininos.

A primeira ação da Frente Parlamentar da Mulher na 63ª Legislatura, em 2023, foi organizar as ações do dia 8 de março, data em que se celebrou o Dia Internacional das Mulheres.

Integrante da Frente Parlamentar, a deputada Cristiane Dantas também defende a

instalação da Procuradoria da Mulher. Ela informou que já recebeu sinalização positiva do presidente da ALRN, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB).

“Foi apresentado um Projeto de Resolução e já se encontra no regimento interno da Casa e o presidente já se dispôs a sentarmos e colocarmos também a Procuradoria, fazendo com que esta Casa se equipare a outras casas legislativas, como a do Ceará e outras que vêm aí dando mais eficácia a estas pautas e bandeiras”, salientou a parlamentar durante sessão plenária.

JOÃO GILBERTO / ALRN



Presidente da Assembleia Legislativa,
deputado Ezequiel Ferreira (PSDB)

Assembleia atua para conter onda de violência e amenizar reflexos na economia

Desde o primeiro dia de ataques, parlamentares fizeram cobranças para auxílio às cidades

A onda de violência que tomou conta do Rio Grande do Norte desde o dia 14 de março foi o principal ponto de debate e trabalho por parte dos deputados estaduais durante os últimos dias. Em diversos pronunciamentos e ações concretas propostas ao Poder

Executivo, os parlamentares potiguares têm buscado colaborar tanto na discussão sobre o tema quanto no oferecimento de medidas efetivas para sanar os reflexos da crise na Segurança Pública.

Desde o primeiro dia de ataques, os deputados usaram o

plenário da Assembleia Legislativa para fazer cobranças e alertar sobre a necessidade de auxílio às cidades atacadas. Os parlamentares participaram das discussões realizadas junto aos demais poderes e, dentro de suas prerrogativas, têm atuado para colaborar com as forças de

segurança e com a população, que tem sido afetada em todas as áreas.

O deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Ezequiel Ferreira (PSDB), usou a tribuna da Casa para solicitar ao Governo do Estado a inten-

sificação da ronda escolar nos municípios de São Miguel do Gostoso, Parnamirim, Santo Antônio, Lajes Pintadas, Campo Redondo, Jaçanã, Acari, Caicó, Boa Saúde, Cerro Corá, Mossoró, Maxaranguape, São Gonçalo do Amarante e Tibau do Sul, que foram alguns dos alvos dos ataques criminosos. O foco do parlamentar foi garantir maior segurança para alunos, pais e professores. Em algumas cidades, inclusive, as aulas foram suspensas devido aos ataques criminosos. Pelo mesmo motivo, Ezequiel também reivindicou reforço na segurança das unidades básicas de Saúde localizadas em Macau, São Gonçalo do Amarante e Extremoz.

Em plenário, diversos parlamentares apontaram outros municípios que também precisariam de reforço e o deputa-

do George Soares (PV) sugeriu a destinação de emendas para o pagamento de diárias operacionais dos policiais. Já o deputado Nelter Queiroz (PSDB) focou na necessidade de se reforçar os quadros da segurança. O parlamentar defendeu a convocação dos aprovados no último concurso para provimento de cargos na Polícia Civil.

“Encaminhei requerimento solicitando a realização do curso de formação de 400 agentes da polícia civil que estão aprovados no cadastro de reserva. O concurso de 2020 permite chamar até três vezes mais o número de vagas ofertadas. E foram convocados apenas 333 agentes, entre policiais, escrivães e delegados, um número aquém dos 600 agentes necessários”, argumentou o deputado.

Apesar de não serem medidas que terão efeito imediato, os deputados entendem que é preciso que, passado o momento mais crítico da crise na segurança, os responsáveis pela área deem explicações à sociedade. Para isso, ocorreu uma reunião extraordinária da Comissão de Administração, Serviços Públicos, Trabalho e Segurança Pública (CASPTSP), que tratou do assunto e definiu a data de 10 abril, às 10h, para a realização de uma Audiência Pública na Comissão com a participação do secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado, Comandante da Polícia Militar, Secretário Estadual de Administração Penitenciária, Delegada-Geral do Estado, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros e Diretor Geral do ITEP para discutir a atual crise no sistema de segurança pública.

“Resolvemos realizar essa audiência com toda a cúpula da Segurança Pública do Rio Grande do Norte para que se tenha uma posição real sobre o que está acontecendo, identificar os problemas para se saber em que o Parlamento pode contribuir para melhorar a situação, porque a Segurança precisa resguardar a vida da população e o Estado voltar à sua normalidade”, afirmou o presidente da Comissão, depu-



Comissão de Administração da Assembleia Legislativa debate soluções e busca respostas para segurança pública do Rio Grande do Norte

tado Luiz Eduardo (SDD).

Prejuízos. Além das perdas diretas acarretadas pela destruição de bens públicos e privados, os ataques criminosos também afetaram de maneira significativa os demais setores da economia. Os deputados também propuseram diversas ações e promoveram debates para colaborar com a cadeia produtiva do estado e amparar, principalmente, os pequenos empreendedores do Rio Grande do Norte.

Para a área de turismo, que abrange quase 50 atividades, a Frente Parlamentar do Turismo reuniu representantes de entidades locais e nacionais da área a fim de discutir soluções para os problemas gerados no setor, desde o início da onda de ataques criminosos no Rio Grande do Norte. Para o deputado Luiz Eduardo, o setor tem a maior cadeia produtiva do estado e precisa de proteção.

“A reunião foi bastante produtiva, e nós saímos com vá-

rias sugestões. Eu serei o interlocutor entre o trade turístico e o Governo do Estado, a Secretaria de Turismo e a Emprotur. Precisaremos fazer um novo planejamento de marketing, para que possamos reconstruir a imagem do Rio Grande do Norte”, disse o parlamentar, acrescentando que não existe Turismo sem segurança. “A ideia é reforçarmos o corredor turístico, transmitindo segurança e confiabilidade para os nossos visitantes, que passam o ano inteiro juntando dinheiro para realizar o seu sonho, aqui, nas férias”, detalhou.

Também para colaborar com os empreendedores do estado, o deputado Adjuto Dias (MDB) propôs a manutenção da alíquota atual do ICMS até o mês de agosto. Atualmente, a previsão é que ocorra o aumento a partir de 1º de abril. “Essa é uma medida extremamente importante, que casa com as outras propostas que também apresen-

tamos, para prorrogação de prazos de pagamentos, e que visam simplesmente amenizar os efeitos da crise de segurança em setores como comércio e turismo, cujas receitas despencaram desde o início dos ataques”, justifica o parlamentar, lembrando ainda que apresentou dois requerimentos com foco na flexibilização dos prazos de pagamento do ICMS e de impostos ligados ao Simples Nacional em pelo menos 60 dias. As propostas foram enviadas para o Governo do Estado e para o Ministério da Fazenda, respectivamente.

Assim como a medida de prorrogação de débitos, os deputados também entenderam que é preciso se oferecer créditos aos comerciantes que tiveram perdas significativas como efeitos dos ataques. O deputado estadual Hermano Moraes (PV) sugeriu que a Agência de Fomento (AGN) propusesse uma nova linha de crédito para esse público. O deputado Gus-

tavo Carvalho (PSDB), por sua vez, apresentou um requerimento para ser encaminhado à governadora Fátima Bezerra (PT) com foco de socorrer pessoas físicas e jurídicas que tiveram prejuízos com os ataques criminosos, com a abertura de uma linha de crédito pela AGN, com juro de 1%, carência de 6 meses e parcelamento de 6 meses. A proposta foi subscrita pelas deputadas Divaneide Basílio (PT) e Isolda Dantas (PT), além do deputado Doutor Kerginaldo (PSDB).

“Não só criticamos e estamos aqui para contribuir para fazer a economia voltar a girar”, disse o deputado, explicando que, segundo seu requerimento, terão direito ao benefício, caso seja aprovado, quem justificar que teve prejuízos causados pela criminalidade. “Têm pessoas que perderam tudo. Espero que possamos voltar à vida como ela deve ser vivida”, concluiu Gustavo, reforçando sua preocupação.



Assembleia Legislativa homologa resultado final do concurso

Homologação dos resultados garante certame feito com lisura e transparência pelo Legislativo Estadual

O Legislativo do RN publicou no seu Diário Oficial Eletrônico (DOE), número 1045, do último sábado (25), o resultado final do concurso realizado em setembro de 2022. Através do edital 01/2022, foram ofertadas 47 vagas para os cargos efetivos de Analista Legislativo – Nível Superior e Técnico Legislativo da Casa.

O resultado final e classi-

ficação dos candidatos consta nos anexos I, II e III da publicação. No anexo I, consta o resultado final e classificação dos candidatos inscritos às vagas reservadas às pessoas com deficiência; no anexo II, o resultado final e classificação para as vagas da ampla concorrência e no anexo III o resultado final e classificação dos candidatos inscritos às

vagas reservadas aos negros, conforme previsto na Lei nº 12.990/2014 e na Lei Estadual nº 11.015/2021.

“Com a homologação dos resultados, concluímos o processo do concurso da Assembleia, um certame feito com lisura e transparência. Os futuros servidores irão chegar num Legislativo transformado por uma gestão moderna e eficaz e por

essa razão premiado três vezes consecutivas pela Unale”, disse o presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira.

As provas foram realizadas em setembro e o edital disponibilizou vagas para: Processo Legislativo (nível superior em qualquer área) - 10 vagas; Arquitetura (graduação na área) - 1 vaga; Contabilidade (graduação em Ciências Contábeis) -

3 vagas; Engenharia Civil (graduação) - 1 vaga; Engenharia Elétrica (graduação na referida área) - 1 vaga; Medicina (graduação em Medicina e especialização em Cardiologia) - 1 vaga; Administração (graduação na área) - 3 vagas; Tecnologia da Informação (graduação na área ou qualquer curso superior com pós-graduação em TI) - 4 vagas.

Conexão Parlamento, da Escola da Assembleia, leva educação legislativa para o interior do RN

Projeto já capacitou, desde 2019, milhares de pessoas em inúmeras cidades potiguares

A pesar de iniciar seu Ano Letivo oficialmente, em sede, neste mês de março, a Escola da Assem-

bleia já vinha promovendo, desde o início de 2023, a interiorização da educação legislativa no Estado, com o

“Conexão Parlamento”.

A primeira região beneficiada este ano foi o Alto Oeste Potiguar, onde os ser-

vidores das câmaras municipais de Venha-Ver, Dr. Severiano e Marcelino Vieira receberam o curso de capa-

citação profissional em Oratória, com carga horária de 8h, ministrado jornalista Renata Passos.



ALRN



Pelo menos 71 escolas funcionam em diversas regiões do Rio Grande do Norte; o objetivo é crescer ampliar este número para que 100 municípios sejam atendidos , até o fim de 2024

Atualmente, há 71 escolas funcionando em diversas regiões do Rio Grande do Norte, e o objetivo é ampliar esse número para 100 municípios, até o fim de 2024. O Conexão Parlamento já capacitou, desde 2019, milhares de pessoas em inúmeras cidades do RN e tem sido muito bem recebido pelos participantes.

“Nosso objetivo com o projeto é levar, a diversas regiões do RN, informação e conhecimento sobre Política e Cidadania, além de capacitação pessoal e profissional, promovendo ciclos de debates, palestras e cursos dos mais diversos temas. Isso tudo reflete na sociedade, que é beneficiada com as ações que resgatam valores e humanizam o serviço público”, ressalta o professor João Maria de Lima, diretor da Escola da Assembleia Legislativa.



Assembleia compõe comitê para indicar empresa gestora da Previdência Complementar no RN

Projeto tem ampla discussão na Casa com participação ativa de servidores desde o início da elaboração da matéria

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte está atuando diretamente no trabalho para implantação do Regime de Previdência Complementar para os servidores de todos os poderes do Estado. O Legislativo fez a indicação para o Comitê de Assessoramento da Previdência Complementar (CAPC) e, com a expertise no tema, a expectativa é que a Casa contribua para a celeridade e qualidade da implantação no Rio Grande do Norte.

O comitê foi instituído a partir do Decreto Estadual nº 32.400, de 24 de janeiro, com seus membros designados em Ato governamental publicado no Diário Oficial do Estado em 25 de fevereiro. O objetivo é atender o que determina a Lei Complementar nº 688, aprovada em 2021 pela Assembleia Legislativa, que trata sobre o Regime de Previdência Complementar.

O projeto, inclusive, teve ampla discussão na Assembleia, com participação ativa de servidores desde o início da elaboração da matéria, por determinação do presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira (PS-DB). O assessor especial Carneiro Júnior, que foi o indicado pelo Legislativo para compor o comitê, tem formação em direito, administração, pós-graduações e já tem atuação na área há mais de 10 anos.

“Tivemos a oportunidade de, em nome da Assembleia, coordenar o grupo de trabalho composto por integrantes de cada órgão e poder que ela-

borou o projeto de lei que está aprovado pelo Legislativo e sancionado pelo Governo do Estado. Tivemos 13 reuniões que fizeram com que chegássemos ao texto que foi à apreciação e votação”, explicou.

De acordo com a determinação do decreto estadual, os membros do CAPC precisam da notória capacitação técnica e experiência no exercício de atividade nas áreas previdenciária, financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria. O trabalho será de assessoria ao Poder Executivo na escolha da entidade de previdência responsável pela administração do Plano de Benefícios, por intermédio de processo seletivo, assim como acompanhará e fiscalizará a gestão dos planos de previdência complementar, os resultados do plano de benefícios, a transferência de gerenciamento, as alterações no regulamento do plano, além de outras atribuições e responsabilidades.

Segundo Carneiro Júnior, o Legislativo tem contribuído de maneira significativa para a matéria e a escolha da entidade ocorrerá atendendo a critérios técnicos. “Vamos nos reunir para discutir a viabilidade, condição técnica e expertise das entidades fechadas, que são em torno de 40, para escolher a mais capacitada para gerir o plano. Depois assessoraremos a implantação e a fiscalização do plano. Conhecemos as entidades, temos experiência na área e va-



Assessor especial foi indicado pelo Legislativo para compor comitê; ele tem ampla atuação na área

mos contribuir para garantir o melhor para todos os servidores do estado, incluindo os da Assembleia Legislativa”, ex-

plicou, informando ainda que o presidente Ezequiel Ferreira tem investido na capacitação dos servidores. “Estamos fa-

zendo MBA Executivo em Economia e Gestão em Previdência Complementar em Brasília, inclusive”, pontuou.

ALRN



Bela Catedral de Sant'Ana foi reconhecida como patrimônio cultural, histórico e religioso do RN

Lei reconhece Catedral de Sant'Ana de Caicó como patrimônio cultural, histórico e religioso do RN

Autoria da iniciativa é do deputado estadual Francisco do PT, atendendo um pedido da Diocese da cidade

O Governo do Estado sancionou a lei que reconhece a Catedral de Sant'Ana de Caicó como patrimônio cultural, histórico e religioso do Rio Grande do Norte. De acordo com o autor da iniciativa, deputado estadual Francisco do PT, a norma atende um pedido da Arquidiocese, através da Diocese de Caicó.

No documento sancionado, o governo do RN determina que fica a Mitra Diocesana

de Caicó, através da Paróquia de Sant'Ana, "responsável por angariar os recursos necessários e realizar as obras de conservação e reparação que essa requerer".

A Mitra também vai se responsabilizar ainda "por tomar as providências necessárias para que nenhum obstáculo impeça ou reduza a visibilidade da Catedral, nem nela sejam colocados anúncios ou cartazes que provoquem danos em sua estrutura", destacou a lei.

A lei nº 11.385/2023 foi aprovada no plenário da Assembleia Legislativa no dia 7 de março. Na sequência, em julho de 2022, o governo do RN havia reconhecido as festas de Sant'Ana das cidades de Caicó, Currais Novos e Santana do Matos como patrimônios culturais imateriais.

O documento foi publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de sábado (25).

Francisco do PT foi o autor do pedido, atendido por meio da Diocese de Caicó





Apresentação dos trabalhos destacou contribuição das pequenas e microempresas: 94,4% dos postos de trabalho são gerados pelos pequenos empresários

Reunião da Frente das Micros e Pequenas Empresas reúne instituições do setor

Evento contou com representantes de instituições relacionadas à cadeia econômica do RN

Na abertura dos trabalhos que marcaram a primeira reunião da Frente Parlamentar de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, realizada em meados de março, as principais instituições ligadas ao desenvolvimento econômico do Estado estavam representadas no evento. A reunião, realizada no Sebrae RN, foi conduzida pelo presidente da Frente, deputado Kleber Rodrigues (PSDB) e contou com a presença dos demais parlamentares que a compõem, além de representantes de instituições como Fecomércio-RN, Facern, Fiern, AGN, FCDL, Femurn e as secretarias de

Tributação, Desenvolvimento Econômico, Idema e Corpo de Bombeiros.

Na apresentação do plano de trabalho para os próximos quatro anos, o deputado Kleber Rodrigues agradeceu as instituições parceiras que contribuíram para aprimorar a lei (LC 675), sancionada em novembro de 2020, e destacou a contribuição das pequenas e microempresas para o desenvolvimento do RN. “Os pequenos negócios são responsáveis por 94,4% dos postos de trabalho e geraram mais de R\$ 1,5 bilhão”. Kleber também agradeceu o apoio da Mesa Diretora da Casa, através do presidente, o deputado Ezequiel Ferreira



Evento reuniu parlamentares da e também segmento econômico do RN

(PSDB). Também compõem a Frente Parlamentar os deputados Neilton Diógenes (PL), Ta-

veira Júnior (União), Terezinha Maia (PL), Hermano Moraes (PV) e Adjuto Dias (MDB).

Kleber Rodrigues elencou avanços na legislação potiguar e a expectativa de simplificar os trâmites para os micros e pequenos empresários, entre outras modificações que irão contribuir para ampliar a geração de emprego e renda no RN. “Com trabalho e a união de forças das entidades aqui presentes, pretendemos estimular a criação de emprego e renda que são as ferramentas capazes de levar dignidade ao povo potiguar”, afirmou.

Na ocasião, os deputados Neilton Diógenes e Hermano Moraes também se pronunciaram. “A união das entidades no aprimoramento da lei abriu uma janela de oportunidades. Esperamos com isso ativar a economia e trazer mais dignidade para aqueles que não têm oportunidade, pois o povo espera mais vontade e determinação”, disse Neilton. Hermano Moraes destacou os avanços da lei: “É uma referência nacional e certamente irá contribuir com as novas empresas e a geração de emprego e renda”, disse.

O superintendente do Sebrae, Zeca Melo, fez uma explanação sobre o projeto ‘Município Mais Empreendedor’ e ressaltou a necessidade de união das entidades e de a lei avançar. “Precisamos caminhar mais em relação à legislação e é possível realizar mais quando somamos esforços”, disse. Antes, na abertura da reunião, o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-RN, Itamar Manso Maciel, afirmou que a Frente Parlamentar se revigorou com a chegada dos novos membros. “A lei aponta para revigorar os novos negócios e desburocratizar, por exemplo, as compras públicas e estimular a economia solidária”, afirmou.

Presidente da Femurn, o prefeito do município de Lagoa Nova, Luciano Santos, falou em nome dos prefeitos e se disse otimista em relação à atuação da Frente Parlamentar e do avanço da legislação. Chamou a atenção para a situação delicada nas finanças dos municípios. “As prefeituras são muitas vezes as principais portas de emprego no interior e já estão sufocadas”, observou.

FEMI
NICÍ
DIO
Tem que
acabar

Acesse @assembleiarn



CONTROLE HUMILHAÇÃO AGRESSÃO

ANTES DE
ACONTECER,
O FEMINICÍDIO
DÁ SINAIS.

O feminicídio é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher e, na maioria das vezes, é o ponto final de uma história de abusos físicos e psicológicos contra a mulher. Ciúmes e controle excessivos, humilhações, agressões verbais e físicas são comuns antes que o feminicídio aconteça. Fique atenta, antes que seja tarde.

E não tenha medo de pedir ajuda. Ligue 180.